

# O JOGO E A IDENTIDADE EM *O MENTOR DAS BRASILEIRAS*

Mestranda Maria Alciene Neves<sup>1</sup> (UFSJ)  
Profa Dra Adelaine Laguardia-Resende<sup>2</sup> (UFSJ)

**RESUMO:** *O jornal O Mentor das Brasileiras, impresso em São João del-Rei, Minas Gerais, entre os anos de 1829 e 1832 tinha por objetivo traçar um modelo de conduta para as estudiosas brasileiras da elite são-joanense, embasado no ideário iluminista. Este trabalho investiga a idéia de Nação, identidade e memória implícita no discurso Liberal do periódico, bem como o tipo de representação feminina ali desenhada a partir de uma visão do ideal de mulher que permeou o imaginário da sociedade mineira no século XIX.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *O Mentor das Brasileiras, identidade, representação.*

## Introdução

Nos idos de 1808, logo após a vinda da família real ao Brasil, a imprensa régia é instalada, o que representa o marco da origem oficial da imprensa periódica brasileira. Caracterizada em sua primeira fase pela imprensa áulica, em fins da década de 1820 já se assistia à disseminação de um grande número de títulos pelos principais centros urbanos do Império<sup>1</sup>. Acreditava-se que a demanda de produções de jornais devia-se à característica educativa deste tipo de impresso.

É justamente nas primeiras décadas daquele século que a “boa sociedade” começa a ganhar ares dos ideários do liberalismo baseado nas Luzes européias, que preconizava a incorporação das mulheres ao intento ilustrado. A participação feminina na vida social era um potencial a ser explorado e controlado, até por que “a história dos países atrasados nos séculos XIX e XX é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio de sua imitação” (HOBBSAWN, 1998, p.15). A influência mais evidente vinha da França, representante por excelência do mundo dito civilizado, que se primava, sobretudo, pela educação.

Por causa da grande circulação de pessoas e intenso fluxo de atividades que se desenvolvia desde o período aurífero em São João del-Rei, no século XIX, houve a necessidade de se “promover a expansão de notícias e, também, possibilitar a propagação das mais variadas idéias, dentre elas, os discursos higienistas e os ideais liberais”<sup>2</sup>. Para cumprir essa empresa, os periódicos da época tiveram um papel decisivo. Foi também nessa época que a ainda Vila de São João del-Rei começou a sentir os doces sabores do desenvolvimento, graças às relações mercantis mantidas com o Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Disponível em [mason.vanderbilt.edu/files/ejf3UI/Jinzenji%20abstract.doc](http://mason.vanderbilt.edu/files/ejf3UI/Jinzenji%20abstract.doc). Acesso em 16 de janeiro de 2007.

<sup>2</sup> Disponível em [www.anpuh.uepg.br/.../anais/textos/kelly%20lislie%20juliu%20e%20thais%20nivia%20de%20lima%20e%20fonseca.pdf](http://www.anpuh.uepg.br/.../anais/textos/kelly%20lislie%20juliu%20e%20thais%20nivia%20de%20lima%20e%20fonseca.pdf), acesso em 31 de janeiro de 2007.

De acordo com Moreira<sup>3</sup>, a elite são-joanense, ligada ao abastecimento (o comércio alimentício era o eixo em redor do qual giravam as relações comerciais), projetava-se com o evento emancipacionista de 1822. Aliados às forças liberais, os representantes dessa elite fortaleceram-se com o decorrer do Primeiro Reinado.

O ponto de partida deste trabalho, o qual faz parte de um projeto mais amplo desenvolvido no âmbito do GEIGS<sup>4</sup> é o periódico *O Mentor das Brasileiras*. Impresso na Tipografia do *Astro de Minas*, em São João del-Rei, esse jornal se destaca por ser o primeiro da província declaradamente voltado para o público feminino, e provavelmente o segundo do Brasil com essa finalidade<sup>5</sup>.

Segundo Jinzenji (2003), *O Mentor das Brasileiras* possui arquivados, ao todo, 129 números, sendo cada número constituído de oito páginas, as quais apresentavam numeração contínua. Com periodicidade semanal, poderia ser adquirido avulso pelo preço de 80 réis ou por assinaturas trimestrais, a 800 réis. Sua circulação não estava restrita apenas a São João, ele também circulava no Rio de Janeiro, Ouro Preto, Campanha e Sabará.

A publicação do jornal, acompanhada pelo desejo de implantar a cultura ilustrada européia, tinha como alvo as representantes do “bello sexo”, sendo seu intuito “(...) dar maior expansão ao gênio que tanto se desenvolve nesta alma da sociedade”<sup>6</sup>.

Esse impresso circulou na Vila de São João del-Rei (MG) entre novembro de 1829 e junho de 1832, período que compreendeu o fim do I Reinado e princípios do Período Regencial. Sob um discurso tecido de regras morais e cívicas que objetivavam traçar um modelo de conduta para as “estudiosas brasileiras” da elite são-joanense, incitava as mulheres à vida política pautando-se num discurso laudatório que destacava a importância da educação para o “frágil sexo”. Nas palavras do redator, “as senhoras pelos deveres, que lhes são inerentes fazem o fundamento principal da sociedade humana, e por isso são dignas de uma instrução mais sólida, e capaz de promover o bem geral de uma nação”<sup>7</sup> (*MB*, 1829, n.1, p. 2-3). Essa instrução mais sólida contemplava a formação moral, intelectual e estética das mulheres brancas dessa elite.

Por meio da referida folha será discutida a idéia de “pátria”, identidade e memória incrustada no discurso Liberal do periódico, bem como o tipo de representação feminina que é desenhada a partir do papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade mineira no século XIX.

A primeira parte, intitulada **Alguns apontamentos sobre Nação e Identidade**, destaca o caráter político do discurso nacional no contexto do século XIX. Para a formação da identidade nacional, a Pátria é a grande bandeira-mãe sob a qual a “nação” deveria estar e pela qual era mister lutar.

Na parte seguinte, **Representação feminina e Identidade: imagens ideais**, trataremos do modelo “sonhado” de mulher a partir da visão androcêntrica do periódico. Através da discussão sobre qual deveria ser o papel da mulher, a mãe-esposa desponta como a representação “ideal” na narrativa falocêntrica. Destacamos ainda a importância da memória na construção da narrativa nacional, ao evidenciar a necessidade de enraizamento,

<sup>3</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. “A necessidade de amar”: narrativa de ficção e cultura política n’*O Mentor das Brasileiras*. Disponível em [www.caminhosdoromance.icl.unicamp](http://www.caminhosdoromance.icl.unicamp). Acesso em 04 de janeiro de 2007.

<sup>4</sup> Grupo de Estudos Interdisciplinares de Gênero e Sexualidade, apresentado ao CNPq pelo Departamento de Letras, Artes e Cultura da Universidade Federal de São João del-Rei em julho de 2005, coordenado pela prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adelaine Laguardia Resende.

<sup>5</sup> O primeiro teria sido o *Espelho Diamantino*, Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> *O Mentor das Brasileiras*, volume 1, 1829, p. 2.

<sup>7</sup> Em respeito à originalidade do documento, a ortografia original do periódico foi mantida.

de pertencimento. Em relação à mulher, a memória institucional surge para delimitar o lugar do “sexo frágil” na sociedade.

As relações entre Identidade e Nação, Identidade e Representação feminina, Identidade e Memória, tratadas no presente trabalho partem de um conceito de identidade imposto e atribuído, que se pretendia sólido e fixo. Trata-se de representações das quais as instituições Igreja, Família e Estado, se utilizavam como uma série de peças para agrupar e montar a imagem ideal da mulher e seu papel na vida pública e privada. De acordo com Bauman (2005, p. 26):

A identidade nascida como ficção, precisava de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade (mais corretamente: na única realidade imaginável) – e a história do nascimento e da maturação do estado moderno foi permeada por ambos.

Coube às culturas nacionais o papel de construir as narrativas, as ficções, os sentidos com os quais as pessoas pudessem identificar-se e assim construir suas identidades, ou simplesmente, aceitar as identidades que lhes eram impostas. Segundo Hall (2003, p. 55), “esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a “nação”, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”. A narrativa é a base de todos os estudos de identidade, os fios das histórias se entrelaçam na construção da imagem identitária. Bernd assim reflete sobre esta questão:

A identidade não poderia ter outra forma do que a narrativa, pois definir-se é, em última análise, narrar. Uma coletividade ou um indivíduo se definiria, portanto, através de histórias que ela narra a si mesma sobre si mesma e, destas narrativas, poder-se-ia extrair a própria essência da definição implícita na qual esta coletividade se encontra. (RICOEUR apud BERND, 1990, p. 17).

Fica clara aqui a indissociabilidade entre o processo de construção identitária e a literatura, enquanto narrativa do individual e do coletivo. É no estudo de fontes primárias que nossa investigação se ancora; assim sendo, na magia da pesquisa através do arquivo buscaremos algumas saídas para o labirinto discursivo que envolve a questão da identidade.

Miranda afirma que “o arquivo não é o depósito de enunciados mortos, acumulados de maneira amorfa, como documentos do passado e reduzidos a testemunhos da identidade de uma cultura” (2003, p. 36). Ao contrário, realizar a prática arquivística é abrir um leque de possibilidades. Lendo o passado podemos descobrir quais discursos, quais enunciados ainda sobrevivem e o que foi passível de transformação. “O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”. (HOBBSAW N, 1998, p. 22).

## **1. Alguns apontamentos sobre Nação e Identidade**

Já é sabida a dificuldade de trabalhar a definição do que seria Nação. Essas dificuldades se devem ao fato de o termo apresentar conotações diferentes durante a evolução histórica. Concepções políticas distintas apontam conceitos de Nação também distintos. Importa neste trabalho a concepção corrente no século XIX. É dela que trataremos. Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” e também “um estrangeiro”.

(HOBSBAWN, 1990, p.27). Nesse contexto havia um termo importante que dialogava com a questão do nacional – Pátria.

Em relação ao Brasil do início do século XIX, é possível notar que Nação era usada no sentido de “pátria” não apenas enquanto lugar, mas também enquanto espaço político. Em *O Mentor das Brasileiras*, por exemplo, é possível perceber o tom emocional com que esses termos já eram tratados. Amar a pátria representava não apenas amar o país onde se vivia, como também defender os ideais de uma determinada concepção política, no caso o Liberalismo. No excerto abaixo temos parte de um Hino enviado ao jornal por uma leitora:

Vive Augusto, Vive, Impera;  
O Brasil, a Pátria nossa  
Possa livre, e sempre possa  
Dar ao mundo esta lição.

Sobe ao throno, que te offerta  
Grato huto Povo Liberal;  
Cinge o Lauro Imperial  
Salva a gloria da Nação. (MB, 1830, n.17, p.136)

No jornal, as mães são conclamadas a educar os filhos no amor à Pátria, sem o qual eles não seriam considerados “virtuosos”: “Nos já temos varões, que assaz se tem distinguido no amor da Pátria, cujos nomes mais expressão seos feitos, que nossas palavras” (MB, 1829, n. 4, p. 28).

Não é à toa que no Brasil, Estado e povo fossem colocados lado a lado para significar a Nação, uma vez que essa concepção era peculiar ao francês e ao inglês, nossas principais influências políticas. Portanto, “o significado fundamental de “nação”, e também o mais ventilado na literatura, era político” (HOBSBAWN, 1990, p. 31).

O problema da nação no discurso liberal do século XIX devia-se à premissa de que o sentido da palavra já era tão óbvio que não deveria ser explicado. Em outras palavras, supunha-se que o sentimento de nacionalismo e, mais do que isso, a necessidade de a elite controlar o poder econômico e político era o bastante. Para isso, no entanto, era necessário construir a imagem do nacional, ou melhor, tecer a narrativa do nacionalismo e convencer aqueles que estavam à margem da elite a tomar para si esse “discurso”. Nesse sentido, os periódicos tinham uma missão importantíssima: convencer os leitores da necessidade de ser patriota, de lutar pelos ideais do nacionalismo.

Para cumprir esse intento, *O Mentor* se utilizava tanto da revisitação da história do Brasil, desde a colonização, quanto da narrativa de fatos heróicos da Grécia antiga e da França. Dessa forma, a consolidação da ideologia nacionalista dava-se através da história oficial. A seção que tratava dessas questões intitulava-se “Parte Histórica” e tinha a seguinte proposta: “Como no Prospecto de nossa folha nos compromettemos a dar alguns extractos da historia moderna, cumpriremos a palavra principiando pela do Brasil nossa adorada Pátria”. (MB, 1829, n. 3, p.17).

Com a Monarquia Constitucional como base dos ideais liberais moderados, surgiu a necessidade de se construir uma identidade nacional que tivesse como base princípios de civilidade. Esses princípios à época do período das Regências eram, em sua maioria, tomados de empréstimos a outras “nações civilizadas”. A França, como já foi mencionado, funcionava como parâmetro na elaboração e divulgação das regras civilizatórias.

É importante lembrar que no século XIX, especialmente na primeira metade, o Brasil possuía um grande contingente de analfabetos. Vivíamos sob os ditames de uma escravidão negra e às mulheres só era permitida a educação doméstica. Ora, para os países

que pretendiam o progresso, a educação era uma via imprescindível. Desta forma, *O Mentor* propunha-se a instruir política e moralmente o público feminino. As mulheres instruídas deviam “concorrer para o bem da Pátria”:

[...] e algumas vezes nos será indispensável dar algumas lições sobre política, persuadidos de que este sexo he bem capaz de conceber idéas sublimes e de dar um realce não pequeno á marcha, e bom andamento do Systema de Governo, que nos rege. (*MB*, 1829, n. 1, p. 2-3).

Esse bom andamento implicava, na verdade, a consolidação das “idéias sublimes” na família. As mulheres instruídas pelo jornal teriam condições de educar seus filhos e orientar os maridos em relação ao amor e obediência à Pátria. Para cumprir o intento pedagógico, a folha em questão narrava a História do Brasil de forma bastante “leve” para não “enfadar o espírito do bello sexo”, bem como se utilizava de contos e outros textos ficcionais para enaltecer os mais sublimes feitos e sentimentos. No volume quatro d’*O Mentor* temos uma narrativa intitulada “Bello exemplo de heroísmo”, na qual uma matrona, ao receber a notícia da morte do filho, por defender a Pátria no campo de batalha, diz: “Quando eu o dei ao mundo, não foi de certo para outro fim” (*MB*, 1829, n.4, p.32).

O discurso de uma cultura nacional, ao construir sentidos, “influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. (HALL, 2003, p. 50). É através dessa narrativa pedagógica e romantizada que a idéia de identidade nacional é gestada e incubada nas mulheres são-joanenses. O discurso dos editores está sempre conotado de um modelo cívico de nacionalidade puramente político:

Graças sejam dadas ao novo Systema de Governo, onde a instrução da mocidade merece a maior atenção de nossos Legisladores, que estão assaz convencidos de que hum Estado por mais forte que seja em armas, commercio, e industria jamais pode permanecer livre, e feliz sem a instrução: exemplo temos em nos mesmos; quando no antigo regimen jazíamos nas trevas da ignorância. (*MB*, 1829, n. 4, p.28)

Como se pode notar, “o Estado buscava a obediência de seus indivíduos representando-se como a concretização do futuro da nação e a garantia de sua continuidade”. (BAUMAN, 2005, p. 27). Tudo isso seria possível através da educação proposta pelo novo sistema de governo.

Dessa forma, as identidades eram formadas no interior da representação que se fazia do Estado, da Nação. Nessa comunidade imaginada, ficcionalizada pelo poder institucional, o discurso hegemônico era legitimado. Pode-se notar, no excerto abaixo, as figuras do Estado e da Religião como “consortes” no convencimento das mulheres de seus deveres enquanto mulher, esposa e mãe. Ao cumprir o papel que lhes era delegado, elas poderiam esperar a recompensa de Deus e da Pátria pelos “benefícios” prestados à sociedade.

Educai vossos filhos no Amor da Pátria, sem o que jamais poderão ser virtuosos, fazei vossos maridos respeitar a constituição e as leis. Se fordes instruídas nas verdadeiras máximas de huma sã moral, vos lhes ganhareis o coração, e lhes sabereis dar até lições de virtude, o patriotismo. A Pátria algum dia vos será grata pelos benefícios, que fizerdes à sociedade, a que pertenceis; vossos nomes jamais serão sepultados no esquecimento da posteridade, mas antes serão lidos com veneração e respeito, e o mesmo

Deos, que castiga o vicio, e premeia a virtude, há de compensar vossas fadigas com a gloria sempiterna (*MB*, 1829, n. 5, p.37).

Pode-se perceber a tentativa de “seduzir” o sexo feminino através do discurso de louvor à pátria e à condição da mulher enquanto esposa. Espera-se dela a participação vigorosa na consolidação da nação. Política, pátria e povo são os ingredientes primários na “massa” ideológica fomentada pela elite liberal. Nesse processo, cabe à mulher “mexer o bolo”. Resta saber se a ela foi dada alguma fatia.

## 2. Representação feminina e identidade: imagens ideais

Na forma especular, a mulher apenas refletiria o outro, tornar-se-ia visível ao revelar outrem. Duarte (2002) fala-nos de uma passividade histórica da mãe-esposa que, desde a concepção rousseauana, deveria zelar pelo marido e filhos, ser “o espelho do homem” numa perspectiva patriarcal. Na seção “Variedades” do *Mentor*, há um episódio curioso que se intitula a “Magnaminidade das mulheres”, o qual vale a pena citar:

Quando o Imperador Conrado 3º sitiou Weinsberg, pequena Cidade do Duque Wirtemberg em Alemanha, este Duque, que se oppuséra fortemente à eleição do Imperador defendeo a Cidade até a ultima extremidade com heróica intrepidez. O Imperador irritado disto determinou-se a passar à espada a todos os homens, que se achassem dentro; mas querendo atrahir ao seo partido os Parentes da Duqueza, publicou huma ordem ***permitindo a todas as Mulheres, que sahissem da Cidade com as suas preciosidades. A Duqueza aproveitando se disto para salvar a vida a seo Marido, sahio da Cidade levando-o às costas.*** Todas as outras Mulheres fizerao o mesmo; o Imperador vendo-as sahir todas com os maridos às costas, não pode resistir aos sentimentos de piedade que esta **scena compassiva** excitou no seo coração, e perdoou a todos os Homens por amor das Mulheres. (*MB*, 1829, n.1, p.8. Grifos nossos).

O homem como bem mais valioso de uma mulher. A mulher como exemplo de esposa fiel e compassiva. Essas são imagens reveladoras do espírito androcêntrico que perdurou por séculos a fio. Para Michelle Perrot (1998, p. 187), “no século XIX, a mulher está no centro de um discurso excessivo, repetitivo, obsessivo”. É possível sentir o desespero da voz masculina na tentativa de moldar, de controlar, de construir um modelo padrão de mulher que lhe fosse subserviente, ou melhor, subserviente a todas as instituições cujas vozes eram sempre masculinas.

Perrot (op.cit.) chama esse tipo de mulher, de mulher-terra, nutriz e fecunda, planície estendida que se deixa moldar e fustigar, penetrar e semear, onde se fixam e se enraízam os grandes caçadores nômades e predadores; mulher estabilizadora, civilizadora, apoio dos poderes fundadores, pedestal da moral. Esse caráter ideológico parece evidente no discurso do periódico analisado:

A mulher, digo, parece destinada pela natureza, e espirito das instituições sociais de todas as nações ainda as mais livres, a administração caseira. E será de pouco momento o governo de uma família? Huma família, a meo ver, he uma pequena sociedade; he um império em miniatura [...] Ainda mais as mulheres são encarregadas da educação da espécie humana nos primmeiros annos da vida; são ellas que lanção nas tenras almas das

crianças as primeiras sementes das virtudes, ou dos vícios; são ellas que lhes communico as primeiras verdades ou erros em huma palavra são ellas que principiao a dar as primeiras lições dos bons costumes e haverá quem duvide, que estes valem tanto, ou mais que as boas leis? (MB, 1929, n. 5, p. 37)

Assim, para compreendermos a representação da mulher em *O Mentor* procedemos a uma análise textual de alguns discursos do periódico oitocentista. A partir daí teremos os elementos que nos fornecerão a imagem de uma suposta identidade feminina, ou para sermos mais precisas, de uma identidade feminina idealizada.

Numa sociedade patriarcal, à mulher cabia a tarefa de cuidar do lar, dos filhos, do marido. Ao homem eram destinados os negócios mercantis, a magistratura, as armas. Na introdução do periódico podemos ter uma idéia mais clara a respeito do não-lugar da mulher:

As Senhoras supposto não sejam destinadas para as armas, nem para a Magistratura, o Ministério da Igreja não tem com tudo occupaões menos importantes para o bem da sociedade. Os homens sobrecarregados de negócios públicos, não podem prover no bem particular de suas casas, se não tem consortes providentes, que lhes ajudem na parte da economia domestica; e nem elles jamais poderão gosar tranquillamente as doçuras do hymeneo, este laço indissolúvel pela igreja, se accaso nas suas companheiras não encontrarem aquelles attractivos, capazes de os desfadear de suas penosas fadigas. (MB, 1829, n. 1, p. 2)

O primeiro aspecto a ser destacado é o não-lugar delas na realização das tarefas ditas masculinas. Aqui fica muito claro que elas devem ser as providentes da felicidade conjugal, cuidar das coisas domésticas. Além disso, precisam possuir qualidades agradáveis ao marido. Outra questão que fica evidente é a idéia de indissolubilidade matrimonial, sacramento da Igreja. Se há desunião no casamento, a responsabilidade cabe à consorte, que não é dotada de valores sublimes, obrigando assim o marido a um sacrifício pessoal.

Hum marido que não vê em sua consorte mais que um instrumento lúbrico de seos praseres secretos, que nella não observa alguma instrução mais sublime, que algum'ora surprehenda o seo espírito, não pode sem hum continuado sacrifício pessoal viver no centro de sua família; e este tem sido quase sempre o manancial de desunião, que se tem visto na sociedade conjugal. (MB, 1829, n. 1, p. 2)

Para suprir a necessidade dessa “instrução mais sublime” da mulher, *O Mentor* se dispunha a realizar a “árdua” tarefa de redigir o periódico para que no futuro as representantes do “bello” sexo fossem colocadas “a par, e talvez acima das heroínas tão celebradas nas outras nações civilizadas” (MB, 1829, n.1, p.3).

Dentre os atrativos femininos indispensáveis estavam a modéstia, adorno que mais distinguia o “sexo delicado”, e a continência, “Virtude pela qual nos abtemos de gostos illicitos” (MB, 1829, n.1, p. 3). Aqui se trata de forma específica do prazer sexual. O sexo teria o único objetivo de procriar, o prazer era visto como algo impuro. “Todo o mundo sabe que o gosto satisfeito não he gosto, e que he mui breve a passagem da saciação ao aborrecimento”. (MB, 1829, n1, p. 6).

No jornal há um texto escrito pela professora Policena Tertulliana de Oliveira que contraria a representação realizada pelos editores: “O acanhamento, que outr’ora parecia ser hum atributo próprio do vosso sexo, he hoje reputado como escassez de espírito e indício de huma educação menos cultivada, quando elle se pattendia em excesso”. Em seguida, “mostrai que as letras não são unicamente hum objecto privativo dos homens, que o nosso sexo he capaz de grandes progressos; applicada a attenção, e o estudo”. (MB, 1829, n. 4, p.30)

Percebe-se que quando é dada voz à mulher, a representação muda e, conseqüentemente, uma identidade distinta da representada pela enunciação masculina é delineada. A professora prega que a ousadia é um atributo da instrução, que o acanhamento feminino (tão enaltecido pelos homens) configura pobreza de espírito. Isso evidencia também que as mulheres de São João del-Rei não eram tão passivas assim na vida social.

A idéia de identidade e representação feminina acaba por ser uma condição imposta, não há alternativas para as mulheres. Para que elas fossem consideradas “boas filhas, mães-esposas”, precisavam possuir o perfil de mulher ideal desenhado pela voz masculina, o “pertencimento” a esse padrão era o destino daquela(s) que pretendesse(m) um lugar no espaço da “boa sociedade”.

## Considerações Finais

Pensar a recuperação mnemônica a partir do arquivo, e através da tentativa de releitura do passado, tentar evidenciar os traços de identidade de uma cultura, numa determinada época, analisar os interesses culturais encobertos pela máscara de discursos pedagógicos foi nosso maior interesse.

Os Estudos Culturais permitem-nos rever a questão da identidade cultural como unidade, como uma gaiola à qual estaríamos supostamente presos. Para Bauman (2005, p. 60), “uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída seria um fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha”. E mais, esse processo de homogeneizar as identidades esconde interesses culturais distintos, muitas vezes, escusos.

A voz masculina que se pretendia “mentora” revela-se-nos imbuída de interesses políticos bem maiores que a simples instrução do belo sexo. É óbvio que essa voz “domesticadora” estava perpassada de ideologias repressivas e castradoras.

A história oficial acentua o caráter opressor, destruidor e uniformizador da memória coletiva nacional. E essa história oficial, pretensamente detentora da verdade, representa em *O Mentor das Brasileiras* a base daquilo que chamamos de identidade enquanto tentativa de enquadramento de um grupo específico, a mulher. Nação, memória e representação feminina estão entrelaçadas na teia discursiva do jornal a partir de um fio comum – a identidade. São as instituições que comandam na tentativa de construir um imaginário ideal, ao qual as mulheres “deveriam” pertencer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da universidade federal do Rio Grande do Sul, 1990.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



DUARTE, Eduardo de Assis. Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. IN: **Gênero e representação: teoria, história e crítica**. Coleção mulher e Literatura, vol. 1. Org. Constância Lima Duarte, Eduardo de Assis Duarte e Kátia da Costa Bezerra. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, 2002. p.13-31.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Dentro e Fora da História**. Sobre História. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Trad. M.C. Paoli e A. M. Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JINZENJI, Mônica Yumi. **A interlocução entre o periódico ‘O Mentor das Brasileiras’ e outros textos na produção e difusão de representações de gênero - Minas Gerais, 1829 a 1832**. Projeto de doutorado apresentado ao programa de Pós-graduação em Educação da UFMG, 2003 (mimeo).

MENTOR DAS BRASILEIRAS [O]. São João del-Rei (MG). **Typografia do Astro de Minas**. 1829-1832.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

SOUZA, Eneida Maria de e Miranda, Wander Mello. **Arquivos Literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

---

<sup>1</sup> Maria Alciene NEVES, mestranda (Universidade Federal de São João del-Rei, Promel)  
[alcieneves@bol.com](mailto:alcieneves@bol.com)

<sup>2</sup> Adelaine Laguardia-RESENDE, Profa Dra (Universidade Federal de São João del-Rei, Promel/Delac)  
[adelaine@ufsj.edu.br](mailto:adelaine@ufsj.edu.br)